

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.393 - SC (2013/0148503-1)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE : JOÃO BATISTA MARTINS FILHO**  
**ADVOGADO : JADERSON ADAMS E OUTRO(S) - SC016302**  
**EMBARGADO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**  
**ADVOGADOS : MANUELA GOMES MAGALHAES BIANCAMANO - SC016760**  
**GABRIEL DE LIMA E OUTRO(S) - SC027997**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos por JOÃO BATISTA MARTINS FILHO contra decisão que deu provimento ao recurso especial interposto por HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, para reduzir o valor da indenização por dano moral.

Em suas razões, o embargante alega a ocorrência de omissão a respeito da incidência dos juros de mora e da correção monetária sobre o valor indenizatório.

Devidamente intimada, a parte embargada não se manifestou (fl. 357).

É o relatório.

Os embargos de declaração tem como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022). Nesse sentido:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.*

*INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.*

*1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015.*

*2. Verificada a existência de erro material no julgado quanto à tempestividade do agravo em recurso especial interposto pela insurgente, como ocorre na hipótese, devem ser acolhidos os aclaratórios.*

*3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para anular o acórdão embargado e a decisão de fls. 806/807 (e-STJ) a fim de que sejam oportunamente apreciadas as razões do agravo em recurso especial interposto pela embargante.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*(EDcl no AgInt no AREsp 1356392/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 23/10/2019)"*

Na espécie, ante a condenação da instituição financeira a reparar danos morais, a incidência de juros de mora e de correção monetária deveria ocorrer independentemente de previsão no dispositivo do *decisum* embargado, pois constituem ambos encargos legais de aplicação obrigatória sobre os débitos judiciais.

A rigor, portanto, a omissão indicada em nada prejudicaria o direito do embargante de ter seu crédito corrigido, com a mora devidamente sancionada pelos juros correspondentes. Entretanto, por ocasião deste novo exame da controvérsia, julgo adequado acolher os embargos de declaração, ajustando o dispositivo da decisão singular.

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração e determino a incidência sobre o valor da indenização de correção monetária, a partir do arbitramento (Súmula n. 362/STJ), acrescido de juros de mora a partir do evento danoso (Súmula n. 54/STJ).

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator